

## ENTRE O PODER E O SABER: OS ALIMENTOS ARTESANAIS E A RESISTÊNCIA DE MULHERES ASSENTADAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Elisa Racy Carlini<sup>1</sup>  
Vera Lucia Silveira Botta Ferrante<sup>2</sup>  
Thauana Paiva de Souza Gomes<sup>3</sup>  
Maria Lucia Ribeiro<sup>4</sup>

**Resumo** A lógica sanitária relaciona a segurança dos alimentos a processos científicos e químicos, apoiando-se na esterilidade das matérias-primas como garantia de boas condições de higiene, não relevando as práticas tradicionais artesanais nem as especificidades territoriais. Tal lógica é entendida como esfera de poder e afeta especialmente as mulheres rurais, que respondem pela maior produção e comercialização de alimentos artesanais. A perspectiva feminista lançou luz sob essa relação, discutindo-se aspectos dos circuitos curtos de comercialização, do aparato estatal e da emancipação de mulheres assentadas no município de Araraquara (SP). A abordagem qualitativa, compreendida por meio de entrevistas semiestruturadas e analisadas segundo o método hermenêutico-dialético, explicitou a construção da identidade feminista na ação coletiva como ferramenta de resistência e enfrentamento da lógica capitalista vinculada ao agronegócio, enraizando valores de soberania alimentar, economia justa e saber tradicional.

**Palavras-chave:** Alimentos Artesanais. Circuitos curtos de comercialização. Mulheres. Lógica Sanitária.

**Abstract** The sanitary logic links food safety to scientific and chemical processes, relying on the total sterility of raw materials as a guarantee of good health conditions, disregarding traditional handcrafted practices or territorial specificities. Such logic is understood as a power sphere and directly affects rural women, who respond for the largest production and commercialization of artisanal food. A feminist perspective sheds light on this relationship, discussing aspects of the short commercialization circuits, the state apparatus and the emancipation of women settled in the municipality of Araraquara (SP). The qualitative approach, understood through semi-structured interviews and analyzed according to the hermeneutic-dialectic method, made explicit the construction of feminist identity in collective action as a tool of resistance and confrontation to the capitalist logic linked to agribusiness, rooting values of sober food, fair economy, and traditional knowledge.

**Key words:** Handcrafted food. Health Surveillance. Women. Resistance.

---

<sup>1</sup> Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, bacharelado e licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus Rio Claro. Tem experiência na área de geoprocessamento, análise socioambiental e sociologia rural, atuando principalmente nos seguintes temas: Mulheres, Alimentação, Agricultura Familiar, Soberania Alimentar e Políticas Públicas.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1966) e doutorado em Sociologia pela UNESP (1974); Livre docência na UNESP (1992); Professor Titular em 1998. Atualmente é coordenadora do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente e do PIBIC/CNPq/UNIARA da Universidade de Araraquara - UNIARA. Desde julho de 2016 foi designada a exercer a função de Pró-Reitora de Pós-Graduação Stricto Sensu e Pesquisa da Universidade de Araraquara.

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Sociais e Pedagogia com concentração na área de Educação Especial ambas pela UNESP- Universidade Júlio de Mesquita Filho. Mestre em Educação Escolar pela pós-graduação da FCLAR-UNESP. Doutora em Educação pela UNESP- FCLAR. Pós-graduanda em Educação do Campo e Agroecologia pela UNICAMP.

<sup>4</sup> Possui graduação em Licenciatura e Bacharel em Química pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (1968) e doutorado em Química pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Araraquara (1974). Atualmente é professor titular da Universidade de Araraquara. Tem experiência na área de Química, com ênfase em Análise de Resíduos de Pesticidas, atuando principalmente nos seguintes temas: resíduos de pesticidas, pesticidas organoclorados, resíduos, pesticidas e metodologia.

## Introdução

As demandas rurais, em especial da agricultura familiar, parecem ser inesgotáveis, tamanho o descaso do poder público e os retrocessos que envolvem esse setor. A produção da agricultura familiar, sobretudo dos processados, sempre enfrentou dificuldades para acessar mercados, muito em virtude da lógica sanitária que relaciona a segurança dos alimentos a processos científicos e químicos. Apoia-se na esterilidade total das matérias-primas como garantia de boas condições de saúde, não relevando as práticas tradicionais artesanais nem as especificidades locais e territoriais. Tal lógica desfavorece o trabalho das mulheres nesses espaços, responsáveis, majoritariamente, pelos processamentos e pela confecção de alimentos artesanais, o que beneficia a venda de ultraprocessados e industrializados, fortalecendo as grandes redes de supermercados e subjungando produtos feitos de forma artesanal (CINTRÃO, 2018).

O que pretendeu-se aqui foi fazer uma reflexão acerca do entendimento por trás dessa lógica, conectando-a às atividades de produção e comercialização de alimentos artesanais feitas por sete mulheres assentadas no município de Araraquara (SP), identificando os entraves e as principais estratégias utilizadas por elas para superá-los. Mulheres que, no impulso de agregarem renda à família e de obterem seu próprio recurso financeiro, decidiram comercializar esses alimentos como forma de manterem-se próximas aos trabalhos da casa e do lote. Entendeu-se que esse é o primeiro passo em direção à emancipação e à desconstrução patriarcal. Agrupam-se em associações ou individualmente, formal ou informalmente, na tentativa de se tornarem independentes dos maridos e alterarem suas realidades.

A relação entre as mulheres e a comercialização foi descortinada por meio da perspectiva feminista, que permite compreendermos alguns aspectos dos entraves da comercialização e da luta pela emancipação financeira e individual das assentadas. Também conferiram-se esforços na análise e compreensão sobre o aparato legal do Estado, entendido como o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação, que apresenta-se como elemento determinante na vida das mulheres do campo e no controle alimentar da população.

É urgente a discussão dessa inter-relação, especialmente com relação às mulheres. Assim, os resultados dessa pesquisa poderão subsidiar discussões junto ao poder público, contribuindo com a construção de programas, políticas públicas e leis voltadas a

fortalecer as atividades realizadas pelas mulheres. Além disso, permitirá a aproximação entre os saberes, entre o conhecimento científico e o popular, representados pelas leis sanitárias e pelas mulheres, respectivamente.

### **Universo empírico: A agricultura familiar em Araraquara**

O município de Araraquara configura-se como um importante centro urbano localizado na região central do estado de São Paulo, distante 273 km da capital e ocupando uma área total de 1.003,625 km<sup>2</sup>. Segundo dados de população estimada do IBGE (2020), a cidade tem uma população de aproximadamente 238.339 habitantes, sendo que em torno de seis a sete mil habitantes encontram-se na zona rural.

A região central paulista é caracterizada pelo alto desenvolvimento e dinamismo entre o agronegócio das empresas sucroalcooleiras e madeireiras. No caso de Araraquara, a paisagem agrícola é composta pelas extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, essencialmente laranja e cana-de-açúcar, tipificando-se pela concentrada estruturada fundiária que confronta com as pequenas propriedades. Nestas, os agricultores familiares têm papel fundamental nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município, abastecendo a maior parte da cidade, porém apresentando-se altamente descapitalizados e sem apoio institucional (FERRANTE et al., 2012).

A região de Araraquara conta com três assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro). O Monte Alegre foi instalado pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983- 1986). Hoje, conta com 6 núcleos e 418 famílias residentes (FERRANTE, 2015). Já o assentamento promovido pelo governo federal (INCRA), o Bela Vista do Chibarro, possui 176 lotes agrícolas e, aproximadamente, 203 famílias, encontrando-se em terras anteriormente pertencentes à Usina Tamoio de cana-de-açúcar, cuja desapropriação data de 1989. (FERRANTE, 1992).

Os dilemas da inserção regional desses projetos de assentamento não se referem apenas à trajetória das famílias ou à participação no mercado que esses produtores assentados têm ou almejam ter. Desde a sua instalação, o conflito com forças políticas representativas do complexo agroindustrial da cana se fez presente, pautando em muito a discussão sobre os projetos de desenvolvimento dessas experiências de reforma agrária.

Entretanto, a produção para o autoconsumo e para o mercado local continuam tendo peso significativo no viver dos assentados, assim como as perspectivas de diversificação por meio da produção de base ecológica e da recuperação de suas possíveis tradicionalidades no modo de vida (FERRANTE, 2015).

Essa dinâmica agrária no município de Araraquara explicita como o processo histórico de constituição da figura masculina e do capitalismo tem forjado também a desvalorização da natureza e da figura feminina. Pelo lado da natureza, percebe-se o predomínio da forma de produção industrial e agrícola mundial, destacando as relações estabelecidas de degradação do meio ambiente e, do lado da mulher, constrói-se uma história focada na violência, exclusões sociais, econômicas e culturais, não priorizando o verdadeiro papel e importância da mulher para a manutenção da vida no planeta (GOMES, 2018). Nesse sentido, no âmbito da pesquisa, o protagonismo das mulheres evidencia-se, uma vez que são elas, majoritariamente, as responsáveis pela produção e comercialização de alimentos artesanais, mantendo estreitos laços com essa prática em razão de seu papel histórico no espaço da cozinha dentro dos núcleos familiares. No campo, a divisão sexual do trabalho pode ser multiplicada e intensificada, pois as mulheres, em sua maioria, são responsáveis por buscar lenha, água, lavar roupas, alimentar os animais, cuidar da horta, dos filhos, capinar o quintal em volta da casa. Tais atividades não só não possuem valor econômico como são consideradas de ajuda ao marido e/ou obrigações de seu papel dentro da família (SOF, 2016).

Diante desse histórico de forças inter-relacionadas, o papel de destaque das mulheres assentadas é reforçado, evidenciando-se também a importância da pesquisa que presta-se a demonstrar como as relações de poder e de dominação sobre a mulher e a natureza continuam se estabelecendo na sociedade capitalista, mesmo com a crescente luta das mulheres em resistência. Torna-se, assim, urgente o fortalecimento das atividades econômicas alternativas que promovam as suas autonomias individuais e consequente independência.

### **Caminhos metodológicos e análise dos dados**

A metodologia adotada na pesquisa foi a abordagem qualitativa, compreendida por meio de entrevistas semiestruturadas com sete mulheres assentadas produtoras e comerciantes de alimentos artesanais do município de Araraquara (SP). Dentre elas, quatro integram associações de mulheres - duas do Monte Alegre e duas do Bela Vista

do Chibarro - e três desempenham a atividade de maneira autônoma. As entrevistas foram gravadas eletronicamente e os dados obtidos foram analisados e interpretados à luz de teorias sobre feminismo, tradição e costumes alimentares, produção artesanal, soberania alimentar, Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), sabedorias tradicionais, ecologia e legislações sanitárias, estabelecendo a inter-relação dos temas.

Os dados coletados foram transcritos, organizados e analisados segundo o método hermenêutico-dialético proposto por Minayo (1992), considerado apropriado para o estudo pelo fato de alocar grande importância ao contexto da fala dos atores sociais. De acordo com Gomes et al. (2005), a compreensão deve ter como ponto de partida o interior da fala do entrevistado. Já como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala. De forma geral, o processo de análise obedeceu aos seguintes passos propostos por Minayo (1992) e retomados por Gomes et al. (2005) para operacionalização do método hermenêutico-dialético: (i) ordenação dos dados: consiste no mapeamento de todos os dados obtidos, que inclui a transcrição de gravações, releitura do material, organização dos relatos e dos dados da observação; (ii) classificação dos dados: com base na fundamentação teórica, após a releitura dos textos, seleciona-se o que há de relevante, com o propósito de elaborar categorias específicas, determinando o conjunto de informações presentes na comunicação; (iii) análise final: neste último passo, procura-se estabelecer articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, respondendo às questões colocadas pelo estudo com base em seus objetivos. Dessa maneira, estabeleceu-se relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

### **As mulheres protagonistas**

As histórias das sete mulheres têm como motivador o mesmo sentimento. São mulheres que tiveram em suas trajetórias muita luta, sobretudo pela terra, resistindo à exploração da estrutura patriarcal e opressora que não reconhece o lugar de cada uma na história do mundo. Todas identificam-se como camponesas, o que determinou a união de algumas delas em associações exclusivamente de mulheres assentadas, alimentadas pelo desejo de uma vida melhor para todos e todas dentro e fora do assentamento. Mesmo as que não organizam-se coletivamente têm seu papel na desconstrução patriarcal ao projetarem-se no intuito de romper com a submissão e dependência do marido.

No assentamento Bela Vista, Joana<sup>5</sup> destaca-se por fazer parte de uma associação de mulheres produtoras de alimentos artesanais. É agricultora e residente no local desde sua formação, há 30 anos. Viveu no lote de sua mãe até o ano de 2005 quando casou-se e passou a morar com o marido no lote da sogra, onde permanece até hoje com a filha, mesmo tendo ficado viúva. Cuida sozinha de parte da área, fazendo todo o trabalho de plantar, cuidar e comercializar, além do trabalho doméstico. Ao redor da casa, possui uma produção de quintal onde é possível encontrar uma variedade de espécies frutíferas, leguminosas, hortaliças e ainda um espaço para o cultivo de cana e eucalipto, de onde tira parte do sustento. Joana identifica-se como mulher camponesa e da luta, motivo pelo qual uniu-se a outras para criarem uma associação só de mulheres, a Associação de Mulheres Camponesas em Ação do Assentamento Bela Vista (AMCA), estando, hoje, como presidenta. A atividade da associação é voltada à produção de pães, doces, geleias - feitos com parte de ingredientes cultivados nos lotes das integrantes - e venda direta de hortifrutí, comercializados em feiras no município de Araraquara (SP).

É uma importante figura de liderança e resistência dentro do assentamento, encabeçando discussões, participando ativamente de projetos e representando as mulheres frente ao poder público. Porém, toda essa sobrecarga de trabalho e funções materializou-se em alguns problemas de saúde, o que dificulta o desenvolvimento pleno de suas atividades. Por ocupar um papel de destaque na associação e centralizar ações e decisões, muitas vezes, a produção e a comercialização são suspensas por conta de questões pessoais. Do grupo, é a única que possui carro, um dos motivos que justificam sua centralidade, uma vez que é responsável pelo transporte dos alimentos até os pontos de comercialização e pelos assuntos burocráticos da associação.

No mesmo assentamento, Carmen também aparece como protagonista da pesquisa. Apresenta-se como agricultora, assentada, mulher de luta e produtora de alimentos artesanais. Reside no assentamento desde a sua constituição, e, hoje, está como vice-presidenta da AMCA. É divorciada e cuida do lote praticamente sozinha, contando com a ajuda de uma irmã, residente em Campinas, nos fins de semana. Possui mais de 17 espécies de frutíferas, mais de 10 leguminosas e uma extensa lista de ervas medicinais em sua produção de quintal, além de uma pequena produção de pimentas que vende exclusivamente para um comprador de Minas Gerais. Seu protagonismo não se dá apenas por fazer parte da AMCA, mas, principalmente, por ser uma liderança dentro da

---

<sup>5</sup> O nome verdadeiro foi substituído para preservar a identidade das entrevistadas.

associação e do assentamento. Em seus relatos, conta sua trajetória em movimentos sociais e a preocupação em melhorar a vida de toda a comunidade, antes mesmo de fixar-se no assentamento. Participou de diversas pastorais ao longo de sua vida e, desde 1998, alimentava o desejo de criar um grupo só de mulheres no Bela Vista. Motivada por esse desejo, compôs o grupo inicial que discutia a necessidade da união entre mulheres e, assim, fez surgir a AMCA, onde pôde aplicar suas experiências anteriores.

Já no assentamento Monte Alegre, cinco mulheres apareceram como importantes protagonistas. Dentre elas, Lúcia destaca-se por também ser uma das lideranças de uma associação de mulheres, produzir alimentos artesanais e se autodeclarar mulher camponesa. Reside no assentamento desde sua criação e, hoje, está como presidenta da Associação de Mulheres Assentadas do Monte Alegre (AMA), produzindo e comercializando produtos de panificação em feiras do município e eventos. Não participou da criação da associação, mas a decisão por integrar o grupo, em 2006, foi motivada pelo desejo de tornar-se independente do marido financeiramente e de se fortalecer na terra sem que precisasse sair do assentamento para obter renda, assim como muitas mulheres são forçadas a fazer. Sua vida divide-se entre cuidar da produção do lote, junto com o marido, e de seu quintal de autoconsumo (com mais de trinta espécies de frutíferas), da produção da padaria e, assim como as outras mulheres, dos cuidados da casa. Toda a renda obtida com seu trabalho na padaria é de seu controle, dividindo as contas da casa com o marido. Deixa claro que a culinária está em seu sangue, tendo desenvolvido esse gosto ainda na infância. Quando chegou no assentamento, já sabia fazer pães e utilizou essa habilidade para obter renda, produzindo em casa e comercializando no próprio assentamento, motivo pelo qual foi convidada a participar da associação.

No lote, ela e o marido cultivam milho e frutas. Parte dessa produção abastece a padaria da associação para a confecção dos pães, doces e sucos. Tudo o que é produzido ali, além de ser vendido no próprio local, também é vendido na Feira da Roça para a Mesa, toda terça-feira, no Departamento Autônomo de Água e Esgoto (DAAE) de Araraquara. Assim como acontece na AMCA, é a única integrante que possui veículo para o transporte das mercadorias, ficando encarregada de representar a associação na comercialização externa. Porém, por não possuir habilitação para a condução do veículo, conta com o auxílio, nem sempre amigável, do marido, para realizar o transporte das mercadorias e matérias-primas. Por conta desse entrave, o grupo iniciou um fundo de

caixa para a compra de um veículo exclusivo da associação para que, assim, tenham maior autonomia e economia nas compras das matérias-primas.

Lurdes é mais uma protagonista e integrante da associação. Além de ser uma das fundadoras, é agricultora assentada e liderança no grupo há 18 anos. Após sofrer muita resistência do falecido marido, conseguiu sua independência individual e financeira atuando junto à diretoria da associação. Participou ativamente de todos os trâmites burocráticos para a sua formalização, da inclusão das demandas da associação no Orçamento Participativo (OP) do município, da construção do prédio próprio após receber o terreno e o material vindo do dinheiro do orçamento e dos primeiros passos ainda sem equipamentos e com muitas dificuldades financeiras. Nessa atividade, aprendeu a arte da panificação através de cursos específicos, mas também utiliza receitas de família trazidas pelas companheiras. No lote, ela e o marido dividem o trabalho da roça, mas é ela quem cuida de todo o trabalho doméstico, somando-se as inúmeras histórias de mulheres pelo mundo.

Dentro do assentamento Monte Alegre, a trajetória de mulheres autônomas fora do associativismo também desponta no contexto da pesquisa. A história de Diva é uma das que trouxe luz e desafios para o desenvolvimento do estudo, uma vez que carrega algumas contradições na linha temporal. A sua indicação, feita por outra moradora do assentamento, deu-se pelo histórico com a Vigilância Sanitária. No entanto, ela não confirma essa versão durante a entrevista, o que motivou algumas reflexões ao longo da discussão.

Junto ao marido, Diva é conhecida pela produção de derivados da cana-de-açúcar. O casal chegou ao assentamento no início da década de 90 e, quando conseguiu se estabelecer, iniciou a produção de rapadura e melado. A assentada era detentora do conhecimento da prática, tendo aprendido com um primo, que aprendeu com a avó. Produziam cerca de 150 rapaduras por dia, e esgotavam a produção comercializando dentro e fora do assentamento, inclusive em cidades vizinhas, exceto Araraquara, município que exige uma série de normas sanitárias. Já nas outras cidades, nunca tiveram problemas com a comercialização. Por anos seguiu nessa atividade, ficando o marido encarregado, principalmente, da venda fora do assentamento. Quando ele não pôde mais continuar por conta de problemas de saúde, uma de suas filhas ocupou o lugar do pai. Encerraram a atividade, em 2017, por não resistirem mais ao trabalho pesado e pela



dificuldade com o transporte da cana, da lenha e da comercialização, já que nenhuma das duas possuía carteira de habilitação.

Além da produção de rapadura, Diva e as filhas eram as responsáveis pelo trabalho doméstico, característica comum a todas as mulheres entrevistadas. Hoje, dedicam-se apenas à produção e comercialização de horticultura, cuja atividade não permite descanso. O trabalho é contínuo para que a horta se mantenha viva, diferente da produção de rapadura que, apesar de exaustivo, permitia tempo de ócio e gerava maior renda. Por esse motivo, ela e os filhos pretendem retomar a atividade. Embora não admita que o encerramento da atividade se deu por conta de entraves sanitários, afirma que as exigências para a produção e comercialização impedem a retomada, mesmo já tendo comprado boa parte do material para a reforma da cozinha. Tais exigências excedem as possibilidades de gastos da família, que vão desde a adequação do barracão até a comprovação de procedência da lenha usada no fogão, passando pela elaboração do rótulo adequado aos padrões sanitários.

Diva carregou a sabedoria e o conhecimento necessário para o feitiço da rapadura e a manutenção da família durante todos esses anos, porém foi com o nome do marido que o produto ficou conhecido. Ele era o responsável pela comercialização fora do assentamento, o que lhe atribuiu reconhecimento em detrimento da valorização e protagonismo do trabalho de Diva. Tal fato evidencia o conflito proposto na investigação, destacando o trabalho subjugado e sobrecarregado da mulher, assim como a minimização da sabedoria necessária para a produção do alimento.

Jussara é outra mulher camponesa autônoma, e também aparece como importante figura nesse contexto. É casada, produtora de alimentos artesanais e dona de um restaurante na cidade de Motuca (SP), cidade vizinha a Araraquara. Mora com o marido e os dois filhos no lote da mãe, que adquiriu após permanecer acampada na área por oito anos para que obtivessem o direito à terra. Antes de dedicar-se exclusivamente ao restaurante, produzia e comercializava pães, bolos, geleias e hortifrutis em feiras, no município de Araraquara. O gosto pela cozinha manifestou-se na infância, aprendendo receitas e técnicas com as mulheres de sua família. Costumava cozinhar todos os dias o almoço para os pais levarem à lavoura, e sentia prazer em inventar receitas. Na casa, passa a ser responsável pela cozinha e pelos trabalhos domésticos após o casamento de sua irmã mais velha. Hoje, continua a criar receitas, usando produtos frescos como principais ingredientes em seu restaurante.

Sua história tem uma trajetória de luta dentro e fora do assentamento, e não se resume ao ambiente familiar. Durante quase sete anos, foi a única mulher a fazer parte da Cooperativa do Assentamento Monte Alegre (COOPAM), ocupando o cargo de tesoureira na diretoria. Conta que sofreu muita resistência e machismo do grupo, que não considerava boa parte de suas propostas e reivindicações. No entanto, manteve-se persistente durante todos os anos em que esteve à frente da diretoria no intuito de conquistar respeito e equidade de gênero. Após sua saída da cooperativa, passou a dedicar-se à produção de pães e bolos, cuja comercialização se dava no município de Araraquara. Durante esse período, abriu uma pizzaria e manteve as duas atividades coexistindo, mas, ao expandir o negócio inaugurando um restaurante diurno, sentiu-se sobrecarregada e encerrou a participação em feiras. Mesmo tendo optado pelo restaurante, alimenta o desejo de retomar à produção de pães e bolos, motivada pelo sonho de abrir uma padaria artesanal ao lado do restaurante.

Por fim, a história de Márcia soma-se a das outras mulheres ao apresentar-se como mais uma mulher autônoma, assentada, agricultora e produtora de alimentos artesanais. Tem uma cozinha própria para a panificação ao lado de sua casa, no lote, onde produz pães, doces, roscas, queijos, pimentas e polpas de frutas para a comercialização em uma feira no município de Matão (também vizinho a Araraquara). Há três anos, iniciou nessa atividade motivada a obter renda e autonomia individual. Por suas habilidades culinárias, tendo aprendido já na infância após perder sua mãe aos onze anos, seguiu na produção de pães sozinha, não despertando interesse em participar de associações por ver na atividade autônoma maior liberdade para trabalhar. Nesse caminho, relata nunca ter sofrido resistência do marido, e faz o transporte dos produtos, sozinha, em carro próprio. Na feira em Matão, afirma não enfrentar problemas com a Vigilância Sanitária, inclusive tece elogios à organização, pois tem liberdade na comercialização e clientes fiéis que buscam seus produtos justamente pelas características artesanais. Chega a vender em média 45 pães, 08 bolos, 12 bandejas de roscas, além de dúzias de ovos em cada dia de feira, suficiente para cobrir os gastos e obter lucro, já que elimina os atravessadores desse processo.

Em casa, ela é responsável por todo o trabalho doméstico, não havendo divisão de tarefas entre ela e o marido, que cuida da produção do lote. Carrega o peso do trabalho reprodutivo ao longo da vida e ainda encontra forças para manter sua independência financeira e autonomia individual.

Todas as sete mulheres são a expressão da sociedade patriarcal machista, construída sob a égide da lógica capitalista. Soma-se a isso a existência enquanto assentadas, cuja vida aparta-se da realidade urbana no que diz respeito ao olhar do Estado na construção de políticas públicas que atendam suas demandas específicas. Em tempos de crise, como o vivido nesse momento da pandemia da Covid-19, o ambiente rural é o primeiro a sofrer cortes e negligência estatal. Vivem, portanto, na busca ininterrupta por estratégias de enfrentamento às barreiras encontradas na luta por sobrevivência, ficando dependentes, muitas vezes, de apoios extra-institucionais.

### **Esterilidade dos alimentos e a lógica sanitária**

A lógica das normas sanitárias está diretamente relacionada ao conceito de "segurança sanitária dos alimentos", cujo surgimento se deu por conta da exportação de alimentos pelas grandes empresas, principalmente as do ramo da carne (SOF, 2016). Na década de 1950, surgem as primeiras normas que regulamentam a produção de alimentos de origem animal (Lei nº 1283/1950 e Decreto nº 30.691/1952, BRASIL, 1950; 1952), tendo grande influência de padrões estrangeiros de exigência (CARVALHO; CRUZ; ROZENDO, 2019).

Ao longo do século XIX e XX, a sociedade passou a se ordenar por normas físicas e mentais determinadas pelo estabelecimento de um saber médico, definido por discursos da verdade, produzindo práticas de poder sobre os corpos, regulando a vida, impondo formas de bem-estar social, padrões de comportamento, de autocuidado, etc. No contexto de crescimento demográfico e industrial, principalmente no pós-Segunda Guerra, esse tipo de poder tinha como finalidade tornar as classes mais necessitadas menos perigosas para os ricos e mais aptas ao trabalho (KRAEMER et al., 2014). A partir desse conjunto de regulamentações, iniciou-se o processo de controle sanitário sobre a alimentação, e esse marco jurídico como questão de saúde pública não teve o intuito de garantir o acesso à uma alimentação de qualidade para a população, mas assegurar que os alimentos não seriam fonte de doenças e problemas sociais (CARVALHO; CRUZ; ROZENDO, 2019), o que acrescentaria custos ao Estado.

Para a agricultura familiar, essas regulamentações distanciam-se de suas realidades e afetam a comercialização, pois exigem adequações e procedimentos com custos que ultrapassam suas possibilidades. Um bom exemplo do efeito negativo dessas normas são os queijos artesanais de leite cru, típicos de algumas regiões do estado de

Minas Gerais. Cintrão (2016) chama a atenção para o modo de vida das populações que os produzem. Aponta que fazem parte da renda das famílias e são produtos identitários nas regiões de produção. A pesquisadora ainda observa que há controles sanitários globais pouco sensatos nessa lógica, pois os procedimentos de esterilização excessivamente vigilantes levam a uma dieta de alimentos esterilizados que pode ter consequências negativas até para nosso sistema imunológico, além de restringir a liberdade de escolha dos cidadãos de optar por estes alimentos.

A esterilização surge com o objetivo de aumentar o tempo de vida dos alimentos nas prateleiras e facilitar a vida cotidiana, sendo um apelo estratégico que só favorece a indústria alimentícia. Já o consumo de alimentos criolos, ancestrais, vivos, distanciou-se da realidade das civilizações com a padronização alimentar. Produtos artificiais, produzidos e embalados industrialmente substituíram esses alimentos e tomaram conta dos hábitos alimentares em âmbito mundial, provocando, inclusive, uma enorme perda da biodiversidade (CINTRÃO, 2016).

É importante salientar que não há negação da necessidade de condições básicas de higiene na produção dos alimentos para o consumo humano, mas uma reflexão sobre o condicionamento irracional a que a sociedade é levada com relação aos padrões e referências alimentares. Toda essa influência do modo de vida industrial na alimentação afeta de maneira arbitrária a soberania alimentar dos povos de todo o mundo, cujo direito humano é previsto no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira, porém não é garantido na prática.

O conceito de soberania alimentar, proposto pela Via Campesina (1996), causou impacto, pois foi lançado em momento de acirramento das lutas de classe, impulsionado pelas crises econômicas e pelo triunfo do neoliberalismo. De acordo com Esteve (2014), um dos principais objetivos era favorecer a agricultura local, camponesa, a pequena escala de comercialização, e acabar com a concorrência desleal aos pequenos produtores.

Essa ideia aponta para o paradoxo da questão. Há um enorme contrassenso com a realidade atual do Brasil e coloca-se em enfrentamento com as instituições governamentais. Em um momento de distopia e gigantescos retrocessos políticos e econômicos do país, falar em soberania dos povos parece absurda ilusão. O conceito de soberania alimentar coloca, ainda, a questão das mulheres, da alimentação e da comercialização no centro da discussão, uma vez que são as mulheres que mais sofrem

com a insegurança alimentar no país e vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens, em razão de toda sua invisibilidade na sociedade (RODRIGUES, 2015). Por isso, falar em soberania alimentar é falar em autonomia, valorização de alimentos regionais, identidade, e atender às reivindicações dessas mulheres para garantir o acesso aos direitos humanos básicos e a permissão para comercialização de alimentos limpos e socialmente justos.

### **O alimento artesanal e a lei de inspeção**

A maneira artesanal de se produzir um alimento significa que o processo de produção envolve o universo da arte e das tradições, não meramente uma reprodução de técnicas. Cada uma dá um toque especial ao seu produto, que o faz ser único. Esse é o diferencial e o fundamento da produção artesanal, contrapondo-se à industrial, em que o princípio está justamente na padronização do produto, feita por meio de procedimentos técnicos e operações sob rígido controle, como garantia de que não apresentará variação no que classificam como “qualidade” (SILVEIRA; HEINZ, 2005).

O sistema alimentar dominante envolve a produção em grande escala, transportada a grandes distâncias, distribuída em grandes supermercados e exposta a longos períodos na prateleira. Atendendo a essa dinâmica, o conhecimento científico e tecnológico foi majoritariamente voltado para viabilizar o modelo de prevenção de perdas, e isso inclui a luta contra os micro-organismos. Na esteira desse pensamento, a “vida” é um problema e os produtos químicos sintéticos (agrotóxicos, antibióticos, sanitizantes, conservantes, plásticos) são vistos como uma “defesa”, passando a combater tudo o que é vivo. Os produtos artesanais, portanto, são vistos como de maior risco, porque parecem ser menos esterilizados (CINTRÃO, 2017).

Por conta dessa visão, ao longo do tempo, o modelo de regulação das relações produção-consumo no Brasil, por meio da Vigilância Sanitária, tem exercido poder de polícia, uma vez que sua principal ação é a de fiscalizar e punir. Respeitando os princípios da Constituição Federal Brasileira de 1988, produziu-se intensa atividade regulatória, pois, ao afirmar ser a saúde um direito de todos, ressalta as atribuições da Vigilância Sanitária como obrigação do Estado (COSTA; ROZENFELD, 2000). Isso quer dizer que:

O poder de polícia é inerente ao Estado, é um poder-dever que se concretiza na elaboração de normas jurídicas e técnicas e na fiscalização de seu cumprimento, assim limitando as liberdades individuais, e as condicionando

Para além do cientificismo e jurisdição, ao se pensar no conceito de artesanal, nota-se forte contradição entre ele e as exigências sanitárias previstas na lei. Toda essa definição é retorcida para que caiba na lógica sanitária, mesmo que em suas linhas estejam presentes o discurso do artesanal, tradições e modos de vida, como é o caso da Portaria CVS nº 5/2005 que dispõe sobre a elaboração e comercialização de alimentos artesanais de origem vegetal no estado de São Paulo e que orienta as ações da Vigilância Sanitária do município de Araraquara. Em seu Artigo 2º, define como alimento artesanal "Aquele produzido com características tradicionais, culturais ou regionais, e em conformidade com as exigências específicas de identidade e qualidade estabelecidas pelas legislações de alimentos e aditivos”, embora a legislação de alimentos nacional, disponível na Biblioteca de Alimentos da ANVISA, não traga uma definição do que seja alimento artesanal. A Portaria entende como características tradicionais e culturais “os processos de elaboração de produtos alimentícios que se transmitem de geração em geração, conforme a tradição cultural”. Já as características regionais são descritas como “os processos de elaboração de produtos alimentícios que se utilizam de matérias-primas de produção da região”. No entanto, na prática, essa relação não existe e bate de frente com as normas de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, da Resolução-RDC nº 216, de 15 de Setembro de 2004, que estabelece quais equipamentos e métodos devem ser empregados na produção dos alimentos, desconsiderando os conhecimentos tradicionais.

A abordagem sanitária de alimentos artesanais tradicionais tem como foco a preocupação com a adequação das unidades de processamento de matérias-primas de origem vegetal ou animal às normas sanitárias vigentes. Isso implica na elaboração de projetos de implantação de instalações e equipamentos que extrapolam a capacidade de investimento das mulheres, forçando-as a permanecerem numa situação de informalidade (SILVEIRA; HEINZ, 2005). É justamente esse o principal entrave que se coloca para várias mulheres produtoras de alimentos artesanais e tradicionais no Brasil. Embora sejam feitos em pequenas estruturas, com utensílios específicos e de modo artesanal, quando o objetivo passa a ser a inserção em mercados formais, torna-se necessário alterar estruturas e adaptar os modos de se fazer. Assim, os desafios para a formalização encontram-se em atender a exigências legais que potencialmente comprometem a singularidade e diversidade desses produtos (CRUZ; MENACHE, 2014).

De acordo com Silveira e Heinz (2005), o problema está na inflexibilidade da legislação diante de uma pequena escala de produção e um consumo quase imediato dos alimentos. Essa é a situação da produção artesanal e aloca grande importância ao circuito curto de comercialização. Na produção de pequena escala, a qualidade dos alimentos está mais ligada à qualidade da matéria prima, à saúde e higiene das pessoas que manipulam os alimentos, à higiene das instalações e ao conhecimento sobre técnicas de preparo. Por isso, Silveira e Zimmermann (2004) afirmam que a questão fundamental é definir critérios de qualidade a serem adotados em circuitos locais e regionais de produção, distribuição e consumo, considerando que seu contexto é diverso.

Os desafios para a elaboração de leis sanitárias mais adequadas e inclusivas são enormes, pois o marco legal, o conhecimento técnico e científico estão voltados para a produção industrial em grande escala. Para que se consiga derrubar essa barreira, é preciso se apoiar na grande biodiversidade de alimentos e formas alternativas de processamento e comercialização nas zonas rurais e nos pequenos municípios das diferentes regiões (CINTRÃO, 2016).

### **Circuitos Curtos de Comercialização como perspectiva de autonomia para as mulheres**

Com a ascensão do regime capitalista e a intensificação do trabalho alienado, o alimento, antes resultado do meio de vida e subsistência do trabalhador, emerge como mercadoria, agregando valor de troca e distanciando o produtor do produto (MARX; ENGELS, 2008). À indústria agrícola, foi atribuída a proveniência da grande quantidade de alimentos, ressignificando os aspectos simbólicos da alimentação (AZEVEDO, 2004). Assim, os pequenos proprietários agrícolas, menos equipados e com produção voltada ao comércio local, perdem espaço para essas grandes indústrias. Consequentemente, esses processos afetam a diversidade alimentar e o direito de cada pessoa sobre a escolha do que consumir (BRAGA, 2004) e também de como e onde comercializar.

O resultado dessa mudança nos padrões alimentares também fez com que os indivíduos se distanciassem de hábitos mais caseiros, principalmente nos grandes centros. O ritmo acelerado do cotidiano das populações, resultado do mundo globalizado, fez com que as refeições fossem trocadas por comida rápida congelada, compras em armazéns e quitandas foram substituídas por grandes redes de supermercados onde é possível se comprar de tudo. Trata-se de um oligopólio controlado por poucas empresas do setor, que

empobrecem a atividade rural, padronizam a alimentação, precarizam as condições de trabalho, reduzem o comércio local e favorecem o consumo insustentável e irracional. As consequências negativas que a lógica dos supermercados causa para os envolvidos na cadeia de produção, distribuição e consumo passam pelos camponeses, que são obrigados a acatar termos comerciais insustentáveis que os condenam a sucumbir; pelos consumidores, que são influenciados a comprar produtos de má qualidade e acima de suas necessidades; e pelo tecido econômico local (ESTEVE, 2017). Desta forma, estabelece-se o paradigma de desenvolvimento promovido pelos supermercados.

A lógica da comercialização de alimentos segue os ditames do modelo capitalista de exportação, que tem como via de comercialização os chamados “circuitos longos”. Nesse modelo, são vários os elos da cadeia até o produto chegar ao comprador final, fazendo com que seja agregado pouco valor aos agricultores que estão no primeiro elo da cadeia. Por outro lado, com base nos pressupostos da agroecologia, está a comercialização de “cadeias curtas”, “circuitos curtos” ou “redes curtas”, cuja venda é feita de forma direta entre produtores e consumidores, fundamentada em valores e significados como confiança, proximidade e uma nova compreensão sobre o conceito de qualidade (PASCHOALINO, 2019).

Essa ideia é validada por Marsden, Banks e Bristow (2000), que afirmam ser a característica-chave essa capacidade de aproximar os consumidores e os produtores, e que eles têm ganhado maior atenção com a preocupação crescente com a qualidade dos alimentos consumidos e com a associação cada vez maior do “local” e do “natural” com o alimento saudável. Darolt (2013) também reitera a importância dos mercados locais e da comercialização em circuitos curtos associados à agroecologia como meio de reconectar produtores e consumidores e impulsionar o desenvolvimento local. Já Marsden (2003) vai além. Afirma que a caracterização desse tipo de comercialização não está só relacionada ao tempo e à distância percorrida, mas ao fato de o produto chegar ao consumidor com informações, dando-lhe condições mínimas de saber dados sobre o lugar e o espaço onde foram produzidos, diferentemente da relação distante que consumidores têm com produtos adquiridos em grandes redes de supermercados.

A efetivação desse modelo de comercialização ampliará a autonomia das mulheres, aumentando o valor agregado dos produtos e fomentando a promoção de produtos ressignificados. A construção dessa autonomia não representa apenas



resistência, mas uma estratégia para recuperar e revalorizar os processos artesanais de um “saber fazer” vinculado a um processo histórico (GALDINO et al., 2017).

O CCC, em que inserem-se os produtos das mulheres agricultoras, é uma estratégia encontrada para gerar renda dos excedentes da produção dos quintais, assim como um canal especial de venda de seus alimentos artesanais (pães, doces, geleias, roscas, etc.), pelo fato de não poder ser estocado nem viajar longas distâncias. Essa relação social construída não se trata apenas de um ganho em quantidade em suas rendas, mas também em qualidade de produtos para os consumidores. Esse processo cria novos valores, promove o resgate da autonomia e a revalorização das agricultoras, não só nas residências, mas na comunidade em geral. No entanto, é importante ressaltar que elas ainda enfrentam alguns desafios relacionados, principalmente, à questão do transporte para o auxílio do escoamento da produção, às políticas públicas voltadas a esse tema e à fiscalização da produção e dos produtos. Além da resolução dessas questões, é iminente levar uma educação informativa para os consumidores, que poderá impulsionar a valorização dos produtos manufaturados pelas mulheres rurais, tendo em vista a complexidade de produção que possuem (GALDINO et al., 2017).

## **ANÁLISE DOS DADOS**

Os resultados da análise das entrevistas possibilitaram inter-relacionar os temas abordados. O conteúdo das falas das entrevistadas convergiram, evidenciando a questão do machismo em suas relações pessoais e no assentamento como um todo, além da presença do trabalho reprodutivo não remunerado. As sete mulheres apontaram as mesmas motivações para a realização da atividade com os alimentos artesanais: autonomia e independência financeira. Autonomia para buscarem suas identidades perdidas na história de apagamento das mulheres dentro dos núcleos familiares, e independência financeira como liberdade frente aos maridos. Os entraves encontrados giram em torno da questão financeira; da burocracia para a formalização e para a comercialização nos espaços públicos; do deslocamento para os pontos de vendas, justificados pela distância entre o assentamento e a cidade e pela precariedade das estradas de terra; além do conflito com os maridos.

A questão sanitária aparece com mais contundência dentre aquelas que comercializam em Araraquara, devido às posturas mais rígidas do município com relação às normas. Seis mulheres enxergam o órgão fiscalizador como um obstáculo. Mesmo

atendendo exigências, alegam que seus produtos não chegam às pessoas como gostariam devido aos altos custos necessários para se adequarem às normatizações. A única que não aponta a questão sanitária como entrave comercializa seus produtos no município vizinho, Matão, onde há flexibilização para a venda desses alimentos em feira-livre.

Uma das mulheres do grupo de autônomas revela que a aproximação com os clientes foi o fator determinante para sua consolidação. Para que isso acontecesse, abriu o sítio para visita, o que permitiu a aproximação entre produtor e consumidor, fortalecendo o elo do circuito curto de comercialização. Conta que quando seu ponto de venda era no município de Araraquara, sofria com as fiscalizações de seus produtos, e que agora, com a comercialização no município de Matão, não enfrenta mais esse problema. Em sua fala a seguir, chama a atenção ao resumir o sentimento que transpassa as mulheres da pesquisa:

Se tratando de Araraquara, é um empecilho, porque são leis muito rígidas. Nas leis deles, a gente não pode comercializar produtos caseiros. Para mim, é uma lei que não deveria existir, porque se a gente mora no sítio, o meio de a gente sobreviver é o que a gente produz. A gente não poder comercializar isso. Eu acho errado. Tanto que em outras cidades não tem, como Matão. Lá você pode levar frango e ovos e vender (JUSSARA, 2019)<sup>6/7</sup>.

Já nos núcleos associados, a AMCA apresentou dificuldades financeiras e falta de equipamentos apropriados para o desenvolvimento da produção, sendo ainda dependente de ajuda externa, como universidades e poder público, para continuidade dos trabalhos. As burocracias necessárias para sua formalização arrastaram o grupo pela informalidade durante anos, conseguindo quitar dívidas e levantar fundos para registrar a associação apenas em 2019. Apesar das dificuldades que enfrentam devido à falta de incentivos sólidos, de políticas públicas voltadas às mulheres do campo e recursos financeiros escassos, contam com o apoio de instituições públicas como a Universidade Estadual Paulista (UNESP - Campus Araraquara), Instituto Federal de São Paulo (IFSP - Matão), UFSCAR (Campus Lagoa do Sino) e o grupo Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) da Universidade de Araraquara (UNIARA), que vêm realizando diversos projetos de extensão e pesquisa nos assentamentos há anos, dentre eles alguns voltados às mulheres. São esses incentivos que somam-se às lutas e garantem a manutenção da resistência pela terra e pela busca por emancipação. Para sanarem tais dificuldades,

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida por Jussara [11. 2019]. Entrevistadora: Autora, 2019. Arquivo .mp3 (53m).

<sup>7</sup> Todos os nomes das entrevistadas foram alterados para preservar suas identidades.

comercializam seus produtos também em espaços cedidos pelas universidades, em feiras da cidade e em eventos privados como forma de levantar fundos para a manutenção da cozinha.

Já a AMA, apresentou-se mais consolidada, uma vez que foi impulsionada após ser contemplada com o Orçamento Participativo (OP)<sup>8</sup> do município de Araraquara no início de suas atividades. Apontam a questão burocrática como um obstáculo significativo a ser enfrentado. Como exemplo disso, hoje, as mulheres desejam fazer a venda de pães para a escola do assentamento, localizada a poucos metros da padaria, mas não podem participar das licitações municipais por pendências no CNPJ e, principalmente, pela necessidade de elaboração de embalagens para os produtos devidamente adequadas às normas sanitárias (Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969). A fala de uma das integrantes mostra como elas enxergam essa situação:

E aí, você imagina, um pão fresquinho aqui, que a gente pode estar usando a cenoura daqui, a mandioca, o milho, como agora mesmo que estou fazendo um pão de milho e o milho é do meu sítio. Aí, vem o pão de lá de não sei quantos dias, com conservante, né? Mas para a gente conseguir... Nossa, é tanta coisa que o rapaz da Vigilância, que chegou a vir aqui, pediu para a gente estar mudando (LÚCIA, 2019)<sup>9</sup>.

Os pontos em comum nas falas das entrevistadas apontam para leis bastante engessadas. Leis que não conseguem atender as suas demandas específicas, muito por falta de vontade política. Exemplo disso está o município vizinho, Matão, cuja flexibilização já acontece, não havendo implicações nas vendas dos alimentos artesanais e servindo como recurso para algumas das mulheres, além do município de São Paulo, um clássico modelo da flexibilização, cujas feiras-livres compõem a história da cidade, onde de tudo se comercializa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A clara a construção da identidade feminista tem acontecido através da ação coletiva, buscando repensar relações entre os seres humanos e destes com a natureza. As mulheres vão percebendo a importância de sua organização e que, além de trabalhar,

---

<sup>8</sup> OP é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais, através de processos de participação da comunidade (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2015)

<sup>9</sup> Entrevista concedida por Lúcia [05. 2019]. Entrevistadora: Autora, 2019. Arquivo .mp3 (58m).

podem se reunir, discutir problemas e buscar, juntas, soluções, mesmo que enfrentem dificuldades no relacionamento coletivo.

Foi fundamental explicitar as conquistas da resistência camponesa feminina frente à violência sustentada pelo aparato estatal, interligando-as às questões centrais. As mulheres são importante voz de resistência e conservação do meio ambiente e da desconstrução da monocultura alimentar (sustentada pelo Estado) imposta pelas grandes corporações do ramo alimentício, tendo a cozinha como símbolo dessa resistência e transformando o alimento artesanal num símbolo da independência.

Organizadas em associações, as mulheres ganham força e expressam-se frente à realidade opressora da sociedade patriarcal e, em alguns casos, à revelia dos maridos. Suas atividades, muitas vezes, são alvo da lógica que rege as ações do Estado, o que acaba por enfraquecer as práticas culinárias baseadas em sabedorias tradicionais, subjungando até seus ideais e estatutos. Tais práticas são sufocadas pelo consumo de alimentos industrializados e permitem a homogeneização de hábitos alimentares, sustentados pelas leis e normas sanitárias, responsáveis pela manutenção de uma monocultura do saber<sup>10</sup>. É claro que as leis, em essência, são mecanismos que visam garantir que os alimentos sejam produzidos em condições salubres para o consumo humano, mas o que pretendeu-se aqui foi discutir seu caráter descontextualizado, que não beneficia as produtoras e os consumidores, assim como questionar a ausência do poder público pensando alternativas sólidas sobre essa questão. É vital uma ação imediata do Estado com relação às leis sanitárias dos alimentos artesanais, pensando as especificidades culturais do território voltadas ao benefício das mulheres. Isso trará benefício tanto à elas quanto ao próprio município que, ao valorizar as características locais e o patrimônio cultural, promoverá o turismo, gerando trabalho, renda e movimentando a economia.

A ausência de políticas públicas voltadas especificamente às mulheres do campo garante a manutenção de suas precárias condições de vida, assim como as discontinuidades políticas sedimentam o *status quo* da administração pública, deixando a sociedade presa às condições assistencialistas de existência. A propagação dos saberes e o fortalecimento das mulheres acontece por meio do reconhecimento entre as próprias mulheres, do empoderamento do conhecimento tradicional, mas, sobretudo, do poder que os grupos sociais unidos poderão exercer sobre o Estado exigindo a construção de

---

<sup>10</sup> Referência ao conceito encontrado em Santos (2002): Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.

políticas públicas que se dirijam às mulheres do campo. Só assim o aparato estatal pensará a flexibilização das leis, adequando-as a diversos contextos. Assim, será garantida a inter-relação de saberes, impedindo que o conhecimento científico solape o não-científico. Caso contrário, continuará servindo ao grande capital.

É preciso definir os parâmetros a serem adotados em circuitos curtos e regionais de produção, distribuição e consumo, considerando que seu contexto é diverso. É através dessa prática de comercialização que os alimentos artesanais se destacam e ganham força, revolucionando a lógica sanitária, uma vez que não precisam viajar longas distâncias para serem consumidos. Desta maneira, a segurança do alimento e do consumidor estará garantida e, assim, dará espaço a uma grande transformação que substituirá o modelo de economia ortodoxa, não só nos modos de produção como nos padrões de consumo das sociedades.

Pensar a relação entre as mulheres, a comercialização e a Vigilância Sanitária é pensar a subversão das lógicas atuantes e a relação de poder que se estabelece nesse processo, aqui representada pelo Estado, que permite a manutenção dessa lógica, e pelos supermercados, que ditam as regras alimentares das populações. A superação dessa dicotomia exigirá uma integração de saberes e práticas, que deverá sobrepor as vontades de quem governa. A horizontalidade é o que garantirá uma participação harmônica entre todos os sujeitos envolvidos nessa dinâmica, pois, para que seja justa a todos, a construção do conhecimento deve ser feita coletivamente.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. **Alimentação e modos de vida saudável**. Saúde em Revista, Piracicaba, SP, v. 6, n. 13, p. 31-36, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000133&pid=S0104-1290201200010001100002&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000133&pid=S0104-1290201200010001100002&lng=es)>. Acesso em: 10. set. 2017.

BRAGA, V. Cultura alimentar: contribuição da antropologia da alimentação. Piracicaba. **Saúde Revista**, v.6. n.13, p. 37-44, 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art05.pdf>>. Acesso em: 22. set. 2017.

**BRASIL**. Direito humano à alimentação adequada e soberania alimentar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/direito-humano-a-alimentacao-adequada-e-soberania-alimentar>>. Acesso em 25. nov. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 1.283, de 18 de Dezembro de 1950. Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF,

ano 1950, Página 18161 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1950, Página 108 Vol. 7, 19 dez. 1950. PL 76/1949 CA.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969. Institui normas básicas sobre alimentos. *Diário Oficial da União*: seção 1 - 21/10/1969, Página 8935 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1969, Página 188 Vol. 7 (Publicação Original). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del0986.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0986.htm). Acesso em: 15. ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **O que é orçamento participativo?** Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>. Acesso em: 20. jan. 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. *Diário Oficial da União*: seção 1 - 16/09/2004; Poder Executivo, de 16 de setembro de 2004. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704>. Acesso em: 15. ago. 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria CVS 5 de 12/05/2005. Aprova as normas que dispõem sobre a elaboração e a comercialização de alimentos artesanais de origem vegetal no Estado de São Paulo. *Diário Oficial da União*: seção 1 - 19/05/2005, p.14 - Nº 93 - Republicada em 16/07/2005 - p.56- Seção 1 - Nº 133.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. *Scripta Nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), 1 de agosto de 2007.

CARVALHO, L. D. R.; CRUZ, F. T. da; ROZENDO, C. Produção de verdades na alimentação. *Revista Inter-Legere*, v. 2, n. 25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/17384>. Acesso em: 20 out. 2020.

CINTRÃO, R. P. **Segurança, qualidade e riscos**: a regulação sanitária e os processos de (i)legalização dos queijos artesanais de leite cru em Minas Gerais. Tese de doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. 330 f.

\_\_\_\_\_. Segurança alimentar, riscos, escalas de produção - Desafios para a regulação sanitária. Rio de Janeiro. *Visão em Debate*. 2017. Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/files/971-4958-2-PB.pdf>>. Acesso em: 22. out. 2018.

COSTA, E. A.; ROZENFELD, S. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. In: ROZENFELD, S., org. **Fundamentos da Vigilância Sanitária [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, pp. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 22. out. 2018.

CRUZ, F. T.; R. MENACHE. O debate em torno de queijos feitos de leite cru: entre aspectos normativos e a valorização da produção tradicional. *Revista Visão em Debate*, p. 34-42, 2014. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/408>. Acesso em: 16. jan. 2020.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: Reconnectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA L.;

VEZZANI, F. M. (Org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013, p. 139-170.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. 269 p.

\_\_\_\_\_. **O que é a soberania alimentar?** Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/02/10/o-que-e-a-soberania-alimentar-artigo-de-esther-vivas/>>. Acesso em: 04. dez. 2019.

FERRANTE, V. L. S. B., et al. **Relatório de Pesquisa Estadual de assentamentos e quilombos**. Pesquisa INCRA/UNIARA Nº 100000/2010. Araraquara, 2012.

\_\_\_\_\_. 30 anos de assentamentos rurais em São Paulo: Um balanço das contradições, bloqueios e perspectivas. Araraquara, 2015.

GALDINO et al. Os circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos das mulheres da vila rural Santa Clara. In: Seminário de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável e Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento, I e IV, 2017, Marechal Cândido Rondon. **Anais...** Brasília, DF: Embrapa Pantanal, 2018. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1087802>. Acesso em: 20. jan. 2020.

GOMES, R. et al. Organização, Processamento, Análise e Interpretação de dados: o desafio da triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575415474>. Acesso em 15 jan. 2020.

GOMES, T. P. **Do sonho à realidade: um estudo da trajetória de mulheres assentadas na constituição de práticas agroecológicas através do resgate de saberes tradicionais**. Araraquara. 166 f. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.

**IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 08. jul. 2021.

KRAEMER, F. B. et al. O discurso sobre alimentação saudável como estratégia de biopoder. In: **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 24 [ 4 ]: 1337-1359, 2014.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, n.4, p.424-438, 2000.

MARSDEN, T. A condição da sustentabilidade rural. Assen: Van Gorcun. 2003.

MARX, K., ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 72 p.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PASCHOALINO, A. **Na contramão da lógica do agronegócio: Uma feira de perspectiva agroecológica em Araraquara**. Dissertação de Mestrado - Universidade de

Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara. 2019. 91f.

RODRIGUES, S. M. R. Soberania Alimentar e as mulheres. In: ARAÚJO, M. ... [et al.] (orgs.). **A agricultura familiar e o Direito Humano à Alimentação: Conquistas e desafios**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. 166 p.

SANTOS, B. de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/10810>. Acesso em: 15. nov. 2019.

SILVEIRA, P. R. C da; HEINZ, C. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos. In: **I Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**. 2005. p. 1-9.

\_\_\_\_\_; ZIMERMANN, S. A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar, em: FROELICH, M. & DIESEL, V. **Espaço Rural e Desenvolvimento Regional**, Ijuí, ed.UNIJUÍ, Relatórios de Pesquisa, 2004.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. **Mulheres do campo construindo a autonomia: experiências de comercialização**. São Paulo: SOF, 2016.